

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.543.452 - SP (2019/0206861-5)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : EXPRESS TRANSPORTES URBANOS LTDA
ADVOGADO : FIDELIS PEREIRA SOBRINHO E OUTRO(S) - SP093845
AGRAVANTE : NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO
REPR. POR : PEDRO PAULO PEREIRA MOTA - LIQUIDANTE
ADVOGADOS : DENIS ATANAZIO E OUTRO(S) - SP229058
MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA - PE023748
AGRAVADO : D C G (MENOR)
REPR. POR : M L C P
ADVOGADO : JOCIMAR PAULO DOS SANTOS E OUTRO(S) - SP361089

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE ENFRENTOU TODAS AS DISCUSSÕES POSTAS EM JULGAMENTO DE MANEIRA INTEGRAL E COM FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 265, E, 787, DO CÓDIGO CIVIL/2002. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. SEGURADORA CONDENADA NOS LIMITES PREVISTOS NA APÓLICE PARA DANOS CORPORAIS, MATERIAIS E MORAIS. DANO MORAL. VALOR ARBITRADO COM RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. VALOR CONDIZENTE COM OUTROS PARADIGMAS DESTA CORTE EM CASOS SEMELHANTES. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL, E, NESTA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se agravo em recurso especial interposto por NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que não admitiu recurso especial manejado contra acórdão assim ementado (e-STJ Fl. 841):

Acidente de veículo. Atropelamento de menor que acabara de descer do coletivo de propriedade da ré, o qual havia parado

fora do ponto, próximo à esquina. Responsabilidade objetiva reconhecida. Culpa exclusiva da vítima que não restou demonstrada. Ilegitimidade ativa quanto ao pleito de ressarcimento das despesas que já foi objeto de decisão, contra a qual não foi interposto recurso. Preclusão reconhecida. Ré que, no entanto, deverá arcar com os custos de prótese que atenda as necessidades do autor, que sofreu amputação do membro inferior direito. Diminuição da capacidade laborativa que deverá ser indenizada com o pagamento de pensão mensal vitalícia. Dano moral e estético que também restou caracterizado. Procedência parcial da ação. Lide secundária julgada procedente para condenar a seguradora a arcar solidariamente ao pagamento das indenizações por danos materiais, corporais e morais, nos limites da apólice. Recurso parcialmente provido.

Nas razões do recurso especial a parte alega ofensa aos seguintes dispositivos legais: 265, 787, 944 do Código Civil/2002, e, 8º do Código de Processo Civil/2015.

Defende, em síntese, a possibilidade da concessão do benefício da assistência judiciária gratuita a pessoa jurídica de Seguradora que esteja em liquidação extrajudicial imposta pela Susep.

Sustenta que a responsabilidade da seguradora é subsidiária até os limites da apólice, ou seja, "*não há solidariedade passiva entre a Ré-Seguradora e esta Ré-Seguradora*" (e-STJ Fl. 918). Assim, "*deve-se atribuir a Seguradora, apenas a responsabilidade contratual de REEMBOLSO do valor a que o Segurado, eventualmente venha a desembolsar na demanda, nos exatos termos do contrato havido entre as parte, bem como desde que constantes da apólice de seguro contratada*" (e-STJ Fl. 919).

Por fim, requer a redução do valor arbitrado a título de danos morais.

Pede o provimento do recurso.

É o relatório.

Passo a decidir.

Primeiramente, é importante esclarecer que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/1973 e com as

interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme disposto no Enunciado Administrativo n. 2/STJ.

Quanto ao pedido de assistência judiciária gratuita, o recurso especial não pode ser conhecido. Com efeito, não há, na fundamentação do recurso, a indicação adequada da questão federal controvertida, tendo deixado o recorrente de apontar os dispositivos de lei federal tidos por violados, bem como de informar de que modo a legislação federal foi violada ou teve negada sua aplicação, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula 284 do STF.

Ressalto que tal óbice aplica-se tanto para a interposição do recurso com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, quanto para a interposição com base em divergência jurisprudencial, tendo em vista que o recorrente também não apontou dispositivo legal que teria obtido interpretação diversa da que foi dada por outro Tribunal (AgRg nos EREsp 382.756/SC, Corte Especial, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe de 17/12/2009).

Com efeito, em relação à suposta violação aos artigos 265, 787, 944 do Código Civil/2002, o recurso não pode ser conhecido. A teor da Súmula 283/STF, aplicável por analogia, “*é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles*”.

No caso, o acórdão recorrido assentou que (e-STJ Fl. 852):

No mais, verifica-se que a seguradora não se opôs à denúncia da lide, de modo que também é procedente a lide secundária, condenando-se solidariamente a litisdenunciada a arcar com o pagamento das indenizações, nos limites previstos na apólice para danos corporais, materiais e morais.

A insurgência recursal, no entanto, não refuta o fundamento disposto.

No mais, ainda que superado referido óbice, ausente o seu interesse recursal, pois, como requerido pela recorrente, **esta foi condenada apenas "nos limites previstos na apólice para danos corporais, materiais e morais"**.

Por fim, relativamente à pretensão de redução do valor arbitrado a título de danos morais, pela perda/amputação de membro inferior, a Corte Estadual,

soberana na análise das peculiaridades do caso concreto, asseverou que (e-STJ Fls. 849/851):

Quanto ao dano moral, ensina Rui Stoco:

"Significa dizer, em resumo, que o dano em si, porque imaterial, não depende de prova ou de aferição do seu quantum. Mas o fato e os reflexos que irradia, ou seja, a sua potencialidade ofensiva, dependem de comprovação, ou pelo menos que esses reflexos decorram da natureza das coisas e levem à presunção segura de que a vítima, face às circunstâncias, foi atingida em seu patrimônio subjetivo, seja com relação ao seu vultus, seja, ainda, com relação aos seus sentimentos, enfim, naquilo que lhe seja mais caro e importante." (Tratado de Responsabilidade Civil, Ed. RT, 5ª Edição, pág. 1381/82).

Quanto à sua quantificação, o eminente Desembargador Antonio Rigolin, da 31ª Câmara deste Tribunal, já deixou anotado que "a indenização pela reparação do dano moral deve ser fixada em valor que permita propiciar uma compensação razoável à vítima, a guardar conformidade com o grau da culpa e a influenciar no ânimo do ofensor, de modo a não repetir a conduta. Reconhecida a ocorrência da devida proporcionalidade, deve prevalecer o critério adotado pela sentença" (Apelação nº 589.890-00/1).

Ou seja, deve existir proporção entre a lesão e o valor da reparação.

Como dito pelo eminente Desembargador Orlando Pistoresi, quando integrava a Colenda 4ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça:

"Com efeito, 'O dano moral, se não é verdadeiramente, dano suscetível de fixação pecuniária equivalencial, tem-se de reparar equitativamente' (Pontes de Miranda, Tratado de Direito Privado, T. 54, 5.536, no. 1, p.61). 'O importante é a par do princípio da reparabilidade, admitir o da indenizabilidade, para que, como assinalam os autores, não fique a lesão moral sem recomposição, nem impune aquele que por ela é responsável, fatores, ambos, que seriam de perpetuação de desequilíbrios sócio-jurídicos' (R. Limongi França, Reparação do Dano Moral, in RT 631/135).

Por outro lado, 'Resta para a Justiça, a penosa tarefa de dosar a indenização, porquanto haverá de ser feita em dinheiro, para compensar uma lesão que, por sua própria natureza, não se mede pelos padrões monetários'.

'O problema haverá de ser solucionado dentro do princípio do prudente arbítrio do julgador, sem parâmetros apriorísticos e

à luz das peculiaridades de cada caso, principalmente em função do nível socio-econômico dos litigantes e da maior ou menor gravidade da lesão' (Humberto Theodoro Junior, Alguns Impactos da Nova Ordem Constitucional sobre o Direito Civil, in RT 662/9)" (Apelação nº 263.455-1/9).

Desse modo, conclui-se que o valor da indenização deve ser fixado após a análise dos vários fatores existentes no caso concreto, que condicionam a justa apreciação de todos os aspectos envolvidos, principalmente atentando-se ao dano causado e ao poder aquisitivo do responsável e da vítima, sem, no entanto, constituir fonte de enriquecimento ilícito para o autor.

No caso em apreço, considerando-se a gravidade das lesões experimentadas e a angústia e limitações delas decorrente, afigura-se razoável a fixação da quantia de R\$150.000,00 para reparação dos danos morais e R\$100.000,00 para indenizar o dano estético, perfeitamente cumuláveis na hipótese dos autos.

Assim, o montante arbitrado pela Corte *a quo* em R\$150.000,00 a título de danos morais pela **perda de membro inferior da parte recorrida** se mostra razoável e proporcional, ou seja, condizente com os valores definidos em paradigmas desta Corte em casos semelhantes, sendo inviável a sua revisão ante o óbice da Súmula 7/STJ.

À propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. ACIDENTE NAS DEPENDÊNCIAS DE UNIVERSIDADE ESTADUAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. FALTA DE PARTICULARIZAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DE LEI TIDOS POR VIOLADOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. PATAMAR INDENIZATÓRIO CONDIZENTE COM O ATRIBUÍDO PARA A REPARAÇÃO DO DANO MORAL EM PRECEDENTES DESTES STJ (150 SALÁRIOS MÍNIMOS) AGRAVO INTERNO DO PARTICULAR DESPROVIDO.

1. Considera-se deficientemente fundamentado o Recurso Especial que deixa de indicar e particularizar os dispositivos de Lei federal que teriam sido violados pela Corte de origem, ou cuja interpretação diferiria daquela dada por este STJ. Assim, impositiva a aplicação do óbice previsto na Súmula 284/STF.

2. Ainda que assim não fosse, o patamar de 150 salários

mínimos para a reparação do dano moral causado pelo sinistro (queda de marquise de Universidade que culminou na amputação de membro inferior direito da vítima) é condizente com os valores definidos em paradigmas desta Corte. Precedentes: REsp. 1.168.831/SP, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 13.9.2010, entre outros.

3. Agravo Interno do Particular desprovido.

(AgInt no AREsp 667.567/PR, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/09/2019, DJe 06/09/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS ESTÉTICOS E MORAIS. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CARACTERIZADO. SÚMULA 7 DO STJ. ACIDENTE. TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA CALCADA NO CÓDIGO CIVIL E CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. FALTA DE IMPUGNAÇÃO. SÚMULA 83 DO STJ. AMPUTAÇÃO DE MEMBRO SUPERIOR. DANOS MORAIS E ESTÉTICOS FIXADOS EM R\$ 108.000,00 (CENTO E OITO MIL REAIS) PARA CADA ESPÉCIE. VALOR RAZOÁVEL E PROPORCIONAL. PRECEDENTES. SÚMULA 7 DO STJ. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. DANO MORAL DECORRENTE DE RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. CITAÇÃO. SÚMULA 83 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O destinatário final das provas produzidas é o juiz, a quem cabe avaliar quanto à sua suficiência e necessidade, em consonância com o disposto na parte final do artigo 370 do CPC. É firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que compete às instâncias ordinárias exercer juízo acerca das provas produzidas, haja vista sua proximidade com as circunstâncias fáticas da causa, cujo reexame é vedado em âmbito de Especial, a teor do enunciado 7 da Súmula/STJ.

2. Não constitui cerceamento de defesa a decisão que indeferiu a produção de prova pericial, por entender que o feito foi corretamente instruído com o prontuário do agravado, bem como laudo pericial do Instituto Médico Legal - IML e seja suficiente para o convencimento do juiz. Precedentes. 3. No que se refere à culpa pelo evento danoso, o Sodalício concluiu pela responsabilidade da agravante, fundamentando tal entendimento no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor, ao passo que a agravante não impugnou a

incidência do art. 14, § 3º do CDC, hipótese de incidência da Súmula 283/STF.

4. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais pode ser revisto nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade.

5. In casu, em razão das consequências do acidente (amputação de membro superior), a Corte de origem fixou o valor de R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais) a título de danos morais e estéticos, para cada um, montante razoável e proporcional à lesão provocada, sendo inviável a revisão ante o óbice da Súmula 7/STJ.

6. O termo inicial dos juros moratórios no caso de condenação em danos morais decorrente de responsabilidade contratual é a data da citação, conforme o pacífico entendimento desta Corte Superior de Justiça.

7. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1331437/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 24/06/2019, DJe 27/06/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 1.042 DO CPC/15) - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA - PLANO DE SAÚDE - RECUSA INDEVIDA DE CUSTEIO DE TRATAMENTO CIRÚRGICO DE URGÊNCIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DA RÉ.

1. A jurisprudência do STJ é no sentido de que a recusa indevida/injustificada, pela operadora de plano de saúde, em autorizar a cobertura financeira de tratamento médico de urgência, tal como no presente caso, a que esteja legal ou contratualmente obrigada, enseja reparação a título de dano moral, por agravar a situação de aflição psicológica e de angústia no espírito do beneficiário. Precedentes.

2. Na hipótese, como restou asseverado pelo juízo de piso, após o exame do conjunto fático-probatório carreado aos autos, a negativa de cobertura pela operadora de procedimento contratado produziu risco de amputação de membro inferior, restando, portanto, configurado o dano moral.

3. A condenação da agravante no pagamento de indenização, por danos morais, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais),

respeita os critérios de proporcionalidade e razoabilidade fixados, em casos análogos, por esta Corte Superior.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1059024/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 27/02/2018)

Por fim, considerando que o presente recurso foi interposto na vigência do Novo Código de Processo Civil (Enunciado administrativo n.º 07/STJ), impõe-se a majoração dos honorários inicialmente fixados, em atenção ao art. 85, § 11, do CPC/2015.

O referido dispositivo legal tem dupla funcionalidade, devendo atender à justa remuneração do patrono pelo trabalho adicional na fase recursal e inibir recursos cuja matéria já tenha sido exaustivamente tratada.

Assim, com base em tais premissas e considerando que o Tribunal de origem fixou a verba honorária em 10% sobre o valor da condenação "*referente aos danos morais e estéticos, bem como a soma de 12 (doze) prestações vincendas referentes à pensão mensal vitalícia*" (e-STJ fl. 852), em benefício do patrono da parte recorrida, a majoração dos honorários devidos pela parte ora recorrente para 14% sobre o valor atualizado da condenação "*referente aos danos morais e estéticos, bem como a soma de 12 (doze) prestações vincendas referentes à pensão mensal vitalícia*" é medida adequada ao caso.

Ante o exposto, CONHEÇO DO AGRAVO para CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL, e, nesta extensão, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator